

O PAPEL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA RECONFIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E A EXPANSÃO DO SETOR PRIVADO *

Jaime FARIAS **

RESUMO

A reforma do aparelho do Estado realizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 2002, resultou na implementação de políticas que atendessem às demandas da economia mundial. Essas políticas, de orientação neoliberal, ganharam espaço na sociedade, que passou a ser influenciada pelos valores do consumo, da competição e do individualismo, largamente difundidos pela cultura de massas. Diante de uma resistência social arrefecida pelo medo da crise econômica, a ideologia neoliberal ganhou destaque, incentivando a expansão do Ensino Superior privado. Durante o processo de reconfiguração do setor, o papel da avaliação institucional foi determinante de tal forma que o Exame Nacional de Cursos foi criado pelo governo para liberalizar o Ensino Superior, tornando-o um investimento atraente.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior, reforma do Estado, políticas neoliberais, avaliação institucional, privatização.

APRESENTAÇÃO

A orientação neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), no período de 1995 a 2002, resultou na implementação de políticas que definiram um novo Ensino Superior brasileiro. Essa reconfiguração ocorreu no momento em que a reforma do aparelho do Estado adquiria centralidade no discurso político, passando a influenciar as estruturas e o cotidiano da sociedade civil, até porque à cultura nacional impuseram-se vigorosamente as regulações do mercado e a lógica consumista. Diante das diversas estratégias de dominação utilizadas pelo mercado global, o Estado brasileiro passa a adotar as medidas necessárias às demandas da economia mundial.

Entretanto, a iminência da crise econômica global instaurou na sociedade uma sensação permanente de medo. Em torno da necessidade de sobrevivência aos constantes abalos da estrutura econômica, que repercutiram em diversos setores da vida pública e privada, as políticas neoliberais ganharam espaço e a resistência contra-hegemônica foi perdendo sua força aglutinadora. Isso ocorreu porque os valores do consumo, da competição e do individualismo difundiram-se largamente pela cultura de massas, possibilitando a manipulação dos desejos e das necessidades dos consumidores.

Foi assim que os discursos assentados sobre a incerteza e o medo contribuíram para fortalecer as políticas neoliberais que, por sua vez, restringiram a participação dos cidadãos no processo de democratização dos espaços públicos e privados. O êxito em excluir da elaboração das

* O conteúdo deste artigo foi apresentado no II Seminário Internacional de Gestão da Educação, realizado na Unesp/Rio Claro, de 17 a 19/02/2009, na modalidade painel.

** Aluno do Programa de Mestrado em Educação da UNESP/Rio Claro. Professor da rede municipal de ensino de Rio Claro. jaimefarias@uol.com.br

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

políticas públicas os próprios indivíduos e boa parte das contradições cotidianas explica-se, em grande medida, pela urgência do Estado em solucionar as constantes crises adotando medidas favoráveis ao mercado, sob a alegação de que não havia outro caminho a não ser a perda do controle e o caos.

Por sua vez, o discurso sobre a crise da universidade pública respaldou a implementação de políticas públicas de ordenamento neoliberal. Na prática, as ações do Estado brasileiro não viabilizaram alterações na qualidade educacional das Instituições de Ensino Superior (IES); as políticas visaram introduzir a racionalidade técnica empresarial no meio acadêmico, instituindo, assim, uma relação de mútuo interesse entre mercado e Ensino Superior.

O principal papel do Estado nesse processo foi o de liberalizar o setor, consolidando instrumentos que justificassem a privatização. Isso ocorreu mediante a facilitação do credenciamento de novos cursos. Para legitimar a expansão do setor privado que ocorreu a partir de então, criou-se o Exame Nacional de Cursos (ENC), que atribuía notas aos cursos de graduação a partir do cômputo das notas individuais dos alunos concluintes. O ENC, por sua vez, acabou definindo uma nova configuração para a educação superior contemporânea, tendo não apenas consolidado a privatização desse setor como também contribuído para o ordenamento mercadológico de todo o sistema, inclusive a esfera pública.

A REFORMA DO ESTADO E A CONSOLIDAÇÃO DA IDÉIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O período que segue à ditadura militar, ou Nova República, consolidou-se em meio à crise econômica herdada do regime autoritário e não conseguiu solucioná-la; ao contrário, politizou a economia. Ao falhar, portanto, na expectativa de resolver a crise econômica, a Nova República gerou um descrédito em relação à política na mesma proporção (OLIVEIRA, 1992, p. 32). Assim, a crise do aparelho do Estado e das instituições públicas em geral, propiciou ao Poder Executivo a introdução do ajuste estrutural, colocado em prática a partir do governo Collor (PRN).

Esse discurso, no qual a crise do Estado sugere uma reforma estrutural, pode ser verificado, em especial, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O documento, formulado em 1995, pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado norteou a reestruturação efetuada pelo governo Cardoso (1995 a 2002). De acordo com o Plano, a crise do Estado brasileiro já estava presente nos anos 70, contudo, tornou-se evidente no final da década de 80, quando a concentração e centralização das funções estatais, caracterizadas por rígidos procedimentos e normatizações, demonstraram a necessidade de superação das formas de intervenção econômica e social (BRASIL, 1995, p. 15).

A eleição de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo sufrágio universal depois do fim da ditadura militar, representou à população uma possibilidade de mudança, frustrada pelo governo anterior de José Sarney. Em virtude da dilapidação do Estado democrático durante a ditadura e do desejo de mudança da população, triunfaram as promessas de modernização do país e da máquina estatal, anunciadas por Collor.

De acordo com seu programa de governo, houve uma abertura do mercado nacional à economia mundial, entretanto, as taxas de juros foram elevadas a níveis abusivos e as despesas públicas foram financiadas pelo capital estrangeiro. Além disso, o governo assumiu as orientações do Consenso de Washington, com o intuito de tornar o mercado emergente

brasileiro atraente aos investimentos internacionais, o que intensificou a necessidade de ajustes estruturais que atendessem às demandas da expansão nacional (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2001, p. 80).

Itamar Franco (sem partido, eleito pelo PRN), assumiu a presidência interinamente em outubro de 1992, em razão da abertura do processo de *impeachment* contra o então presidente Collor. Seu desafio inicial foi o de construir uma nova linha de atuação política, deixando claro sua independência em relação ao governo, do qual fora mantido à margem dos processos decisórios.

De personalidade forte e temperamento difícil, tentou compor um governo de consenso. Suas decisões geravam polêmica em todo o país, principalmente quando nomeou seu ministério. A exceção foi o nome de Fernando Henrique Cardoso para a pasta das Relações Exteriores, tendo sido bastante prestigiado (CARNEIRO, 1999, p. 135). A nomeação para o Itamaraty permitiu a Cardoso envolver-se em todas as grandes decisões políticas do governo.

Para o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), foi nomeado o professor de História e Geografia Murílio Hingel, que exercera cargos Técnicos e Administrativos no município de Juiz de Fora e no Estado de Minas Gerais. Hingel permaneceu no cargo até o final do mandato, sendo substituído pelo economista Paulo Renato Sousa, ministro do governo Cardoso.

O Ministério da Educação e do Desporto (MEC), conduzido por Murílio Hingel, estimulou o processo de construção da avaliação da educação superior. Houve alguma preocupação em democratizar a elaboração de um instrumento que atendesse às expectativas de amplos setores da sociedade.

Em março de 1993, a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), criou a Coordenadoria Geral de Análise e Avaliação Institucional – CODAI. Em seguida, por meio da Portaria 130, de 14 jul. 1993, foi criada a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, que teve como objetivo consolidar uma “proposta nacional” de avaliação (BRASIL, 1994).

De acordo com o então Secretário de Educação Superior, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, o MEC assumia um papel de parceiro das Universidades, coordenando, articulando e financiando a avaliação institucional. Assim, foi aprovada em outubro de 1993, pela Comissão Nacional de Avaliação e pelo seu Comitê Assessor, a proposta de Avaliação Institucional encaminhada pela Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Após ampla divulgação e discussão, as sugestões das Universidades foram incorporadas à proposta do PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1994, p. 33).

Ainda em dezembro do mesmo ano, com o intuito de promover o financiamento dos projetos de avaliação, o MEC encaminhou às IES o Edital 01/93, contendo as linhas gerais do PAIUB, solicitando que as Instituições interessadas apresentassem propostas. No mesmo documento, o MEC anunciava sua intenção de aperfeiçoar a proposta nos dois anos seguintes, na medida em que houvesse consenso sobre as mudanças.

De fato, o PAIUB representou um considerável avanço no sentido de consolidar um projeto nacional de avaliação que correspondesse tanto aos interesses do governo quanto das universidades. Embora não atendessem diretamente à reforma neoliberal, é importante

considerar que o Programa obteve grande aceitação pela comunidade acadêmica, tradicionalmente refratária às interferências e controles externos. Dessa forma, o Estado conseguia introduzir na agenda acadêmica a discussão acerca da qualidade, eficiência e eficácia da educação superior, por meio da avaliação institucional. Esse aspecto deve ser levado em consideração, principalmente, se analisarmos o rápido declínio do PAIUB e a valorização da idéia de avaliação pela sociedade civil. Foi nesse contexto que o governo seguinte instituiu de modo arbitrário e controverso o Exame Nacional de Cursos.

Não significa, simplesmente, que o PAIUB seja o marco inicial das políticas de avaliação implementadas a partir de 1995. Ao contrário, o Programa foi uma marca do governo de consenso do presidente Franco. Além disso, estabeleceu uma reflexão sobre a importância da avaliação institucional e sua relação com o governo e a sociedade. A partir dele, a universidade passou a considerar, com maior seriedade e compromisso, a necessidade de demonstrar à sociedade a pertinência do trabalho acadêmico, buscando, assim, legitimar o financiamento público do setor, contrapondo-se ao discurso pessimista da crise universitária.

Havia, por parte das universidades, um interesse muito grande em apresentar seus resultados ao governo, e mais que isso, apresentar resultados e perspectivas que garantissem o reconhecimento público daquelas instituições. Isso fica claro se considerarmos que o PAIUB era uma avaliação de adesão voluntária, que previa a participação de toda a comunidade acadêmica e que considerava as diferenças regionais e as características individuais de cada instituição. Em 1997, a adesão chegou a 138 instituições, de um total de 156 universidades (CATANI; OLIVEIRA, 2002, p. 65), situação que demonstra o quanto essa avaliação significou uma possibilidade de garantir alguma contrapartida financeira por parte do Estado, uma vez que as instituições públicas passavam por uma crise de financiamento. Por meio desse modelo de avaliação, de orientação participativa e emancipatória, (LEITE, p. 486) elas poderiam demonstrar seu potencial e sua capacidade de retorno aos investimentos públicos, basicamente pelo resgate histórico das instituições, considerando suas características e particularidades.

A aceitação ocorreu em boa medida porque o MEC comprometera-se em não vincular os resultados da avaliação com o financiamento (CATANI; OLIVEIRA, 2002, p. 65) e nem servir como base a uma premiação ou punição, mas sim utilizar tais resultados no sentido de resolver os problemas das universidades. Estas, por sua vez, estavam certas de que o maior problema no setor era a escassez de investimentos públicos e, poderiam comprovar isso através de uma avaliação diagnóstica e não punitiva. Segundo Pinto da Luz, na apresentação do PAIUB, havia a necessidade de corrigir os erros, com liberdade e respeito às instituições, ao passo que o governo percebia o arrefecimento da resistência (BRASIL, Ministério da Educação, 1994, p. 5).

Diante do conceito e da natureza da avaliação proclamados pelo PAIUB, e da adesão voluntária da maioria das universidades brasileiras, tanto o governo quanto a sociedade civil organizada passaram a valorizar a idéia da construção de uma “cultura de avaliação”. Para Dilvo Ristoff, membro do Comitê Assessor do PAIUB, iniciava-se um processo que poderia representar o “fim de babel”, ou seja, seria possível estabelecer uma interrelação e uma linguagem comum ao conjunto das universidades brasileiras. Considerava, ainda, que o Programa estabelecia uma forma das universidades contraporem-se a certas avaliações simplistas e irresponsáveis, assim como às matérias jornalísticas parciais e falsas que teriam o objetivo de atacar a imagem da universidade pública (BRASIL, 1994, p. 11). Dentre essas matérias, destaca-se a “lista dos improdutivos da USP”, publicada pela Folha de São Paulo, na

década de 1980.

Em 1994, último ano do governo Franco, o PAIUB teve início, com 55 universidades participantes, ou seja, essas instituições tiveram seus projetos aprovados nos termos do Edital 01/93, do MEC. Note-se que somente as universidades foram chamadas a participar desse processo, excluindo-se as outras instituições de educação superior.

Embora estivessem excluídas do processo de avaliação, as Faculdades Integradas, Centros Universitários e Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, em 1994, somavam 724, contra 127 universidades. Em relação ao alunado, contudo, as universidades apresentaram um número de matrículas muito superior: 1.034.726, contra 626.308 nas demais instituições.

Ao compararmos os setores público e privado, em 1994, as universidades públicas eram ainda hegemônicas, tanto em número de instituições como em número de matrículas. As 68 universidades públicas (Federais, Estaduais e Municipais) existentes tinham 571.608 matrículas, enquanto as 59 universidades privadas somavam 463.118 matrículas. O setor privado era preponderante somente no conjunto das instituições não-universitárias. Havia 574 instituições privadas, que apresentaram 507.466 matrículas, ao passo que no setor público eram 150 instituições, com 118.842 matrículas (BRASIL, 1999).

Embora o PAIUB fosse direcionado somente às universidades, o MEC demonstrava alguma preocupação com a situação da educação superior de uma maneira geral. Em 22 de agosto de 1994, o ministro Hingel alertou o presidente Franco sobre a “acelerada expansão” promovida pela abertura de novos cursos em instituições privadas. Conforme Hingel, a expansão muitas vezes ocorria de modo inadequado, sem o devido valor à qualidade. Sua preocupação baseava-se no grande número de autorizações para o funcionamento de cursos fornecidas pelo então Conselho Federal de Educação (BRASIL, Ministério da Educação, EM nº 181/94).

Com base nestes argumentos e, principalmente, respeitando o texto do Projeto de LDB em tramitação no Senado Federal, (Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1993), que fora aprovado pela Câmara dos Deputados, em maio de 1993, o Ministro propôs ao Executivo a edição de uma Medida Provisória (MP) que antecipava certas medidas contidas naquele Projeto. A recomendação do MEC foi, de fato, aceita por Franco, que editou a MP nº 661, de 18 de outubro de 1994, que transformava o Conselho Federal de Educação em Conselho Nacional de Educação (CNE). As atribuições definidas para o Conselho Nacional vinham atender às novas exigências do sistema educacional brasileiro, segundo HINGEL (BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, EM nº 181/94). Note-se que ao texto da MP nº 661/94, foi acrescida, sem qualquer discussão prévia, a necessária aprovação do Ministro da Educação sobre os pareceres e proposições do CNE (BARROSO; FERNANDES, p. 49-50).

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DA REFORMA NEOLIBERAL

Ao cenário da educação superior nacional que antecede os dois mandatos de Cardoso, é importante revelar a expansão do setor até então. Hingel foi o Ministro da Educação que mais criou universidades. Durante sua gestão, foram criadas 3 universidades públicas federais e foram autorizadas 19 universidades privadas, num total de 22 instituições. O ministro Paulo Renato Souza, durante os oito anos do governo Cardoso, criou 5 universidades públicas federais e autorizou 11 universidades privadas, totalizando 16 universidades.

O governo Cardoso, seguindo as diretrizes neoliberais, implementou políticas públicas que atendessem às orientações dos organismos multilaterais, especialmente no que se referia às necessárias reformas estruturais no aparelho do Estado, criando, assim, uma economia atraente ao capital financeiro internacional.

Isso trouxe conseqüências importantes para a educação superior, na medida em que o governo passou a concebê-la e a adotar medidas para reformá-la segundo a lógica do mercado. Nesse sentido, o governo defendia que uma maior competitividade na economia dependia em grande medida da integração entre universidade e setor produtivo (CARDOSO, 1998, p. 126). Além disso, a diversificação do ensino superior, defendida pelo Banco Mundial, seria a melhor estratégia para enfrentar a instabilidade do mercado (BANCO MUNDIAL, 1995).

A diversificação e a privatização do setor, de fato, foram adotadas como políticas públicas para atender a alta demanda por educação superior. Segundo o governo, o modelo de universidade, com ensino e pesquisa, além de dispendiosa, seria desnecessária à grande parte dos alunos (CARDOSO, 1998, p. 128). Além disso, a expansão do sistema de educação superior significava, muito claramente, uma abertura à participação da iniciativa privada. Nesse processo, coube ao Estado o controle sobre o sistema, assegurando ao capital a flexibilidade e a segurança necessárias ao investimento no setor, garantindo sua rápida expansão.

Para viabilizar a reforma do sistema, o governo Cardoso modificou a Medida Provisória (MP nº 661/94 – originária) que tratava do Conselho Nacional de Educação. Ao reeditá-la, na forma da MP nº 830/95, modificou também a forma como os cursos superiores seriam autorizados a funcionar. Essa atribuição, antes do Conselho Federal de Educação, passava diretamente para o Ministro da Educação. Assim, o Conselho Nacional era criado sem a prerrogativa de deliberar sobre a autorização para novos cursos, passando a ter caráter meramente consultivo.

Resultado disso foi a expansão descontrolada do setor privado, que era incentivado a investir no ensino superior, dado as facilidades de autorização promovidas pela reforma do Estado e da legislação educacional.

Em sua reedição, a MP nº 938, de 16 de março de 1995, incorporou, no artigo 3º, a realização de “exames de avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos das últimas séries dos cursos de graduação das instituições de ensino superior”. Havia, inclusive, a determinação de que o resultado da avaliação constasse do histórico escolar dos alunos. Com isso, o governo instituía a avaliação que seria implementada, posteriormente, na forma do Exame Nacional de Cursos (ENC). Ao ser convertida na Lei 9.131, de 24/11/95, seu texto tratava tanto da criação do Conselho Nacional de Educação quanto dos “exames nacionais”. Ambos, como já tratamos, constituíam matérias de interesse à reforma do sistema de ensino superior, conduzida pelo governo.

A nova forma de “avaliar” os cursos de graduação, através de exames nacionais anuais, contribuiu muito para a “liberalização” do setor. Eliminaram-se as exigências burocráticas para credenciamento dos novos cursos, deixando a responsabilidade da avaliação praticamente nas mãos dos consumidores, os alunos. Esse tipo de avaliação institucional periódica tornou-se a marca das políticas para esse nível de ensino, objetivando medir a qualidade e a eficiência na área. O ENC configurou-se, em meio às políticas neoliberais como um mecanismo reformador da educação superior, na medida em que visava controlar as

mudanças, ou seja, a diversificação e a expansão do sistema por intermédio da iniciativa privada (CATANI; OLIVEIRA, 2002, p. 66).

A centralidade atribuída ao ENC no governo Cardoso gerou reações na comunidade acadêmica. A primeira delas partiu dos alunos, já em 1996, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades estudantis incentivaram o boicote ao Exame. Esse movimento obteve expressivo resultado, alcançando 11,7% de provas em branco, em 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel hierarquizante e meritocrático do ENC, que atribuiu aos cursos um determinado valor comparativo, transformou a educação superior em um mercado potencialmente competitivo e atraente aos investimentos privados. As transformações do capitalismo, que deram novo significado ao mercado global, estabelecem novos parâmetros de competitividade para todas as esferas da produção, inclusive a pesquisa científica e tecnológica e a educação. Nesse sentido, o mercado e as forças da concorrência passaram a ser o princípio em torno do qual a sociedade e a educação são reguladas (DOURADO; OLIVEIRA, 1999, p. 7).

A reforma estrutural promovida pelo governo Cardoso transformou o cenário da educação nacional, de modo que os conceitos de universidade e educação superior também foram modificados. Se até 1994 o modelo da universidade pública, autônoma e baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (princípio constitucional), era referência para todo o setor, mesmo por sua hegemonia, agora o modelo que privilegia o ensino (direcionado ao mercado), em detrimento à extensão e pesquisa, é considerado o mais atraente à iniciativa privada, tornando-se hegemônico.

ABSTRACT

The reform of the State apparatus realized during Fernando Henrique Cardoso's government, between 1995 and 2002, resulted in the implementation of policies that addressed the demands of economy worldwide. These policies, under neoliberal orientation, gained space in society, which started to be influenced by the values of consumption, competition and individualism, widely spread by mass culture. Before the social resistance, cooled by the fear of economical crisis, the neoliberal ideology got highlighted, stimulating the expansion of private Higher Education. During the reconfiguration process of the sector, the role of the institutional evaluation was determining, so that the government created the Courses National Exam for liberalizing the Higher Education, making it an attractive investment.

KEYWORDS: *Higher Education, reform of the State, neoliberal policies, institutional evaluation, privatization.*

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1995.
- BARROSO, H. M.; FERNANDES, I. Uma nota técnica sobre a criação de Universidades, por

categoria administrativa e gestão política. Documento de Trabalho n. 72. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2008. Disponível em: <http://www.databrasil.org.br/pdf_docs/Doctrab62.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Exposição de Motivos – EM nº 181, de 22 de agosto de 1994. Publicado no Diário do Congresso Nacional em 23/11/1994, p. 3267. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/ecamara/default.asp>>. Acesso em: 28 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Evolução do ensino superior: 1980-1998. Brasília: O Instituto, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Brasília: SESu, 1994.

BRASIL. Lei n. 9.131, de 24 de novembro 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, e dá outras providências. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov/navega/informa.asp?Inf=3125>>. Acesso em: 27 jun. 2002.

CARDOSO, F. H. Avança, Brasil: proposta de governo. Brasília: [s. n.], 1998.

CARNEIRO, M. C. R. O governo Collor: 1990-1994. Vol. 23, 1999. In: SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. História da República Brasileira. São Paulo: Editora Três, 1998-1999, 24 vol.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de. Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. Políticas educacionais e reconfiguração da Educação Superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.). Universidade pública: políticas e identidade institucional. Campinas: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999.

LEITE, D. (org.) Avaliação da Educação Superior. In: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Enciclopédia de Pedagogia universitária: glossário, v. 2, Brasília: INEP, 2006, p. 465-506.

NUNES, E.; BARROSO, H. M.; FERNANDES, I. O Conselho Nacional de Educação: trajetória, competências, deliberações e restrições ao futuro. Documento de Trabalho n. 72. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2008. Disponível em: <http://www.databrasil.org.br/pdf_docs/Doctrab72.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2008.

OLIVEIRA, F. de, Collor: a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SILVA JUNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. Novas faces da educação superior no Brasil. Prefácio de Francisco de Oliveira. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Brasil. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/> ou envie uma carta para Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San Francisco, California 94105, USA.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)